INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA A AMAZÔNIA A PARTIR DA VOZ DE MULHERES DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS E DO MEIO AMBIENTE

Brasil

Índice

Introdução 1

As amazônias na Amazônia 3

Metodologia 5

Os desafios pelo olhar delas 6

- Identidade, inclusão e o Estado 7
- A centralidade da luta pelo território 10
- A mulher amazônida 14

Mulheres defensoras propõem soluções 17

Referências bibliográficas 21

Notas de fim 24

Introdução

"A injustiça social, a desigualdade econômica, a distância cultural, o patriarcado e capitalismo vorazes, e a própria dimensão geopolítica em que consiste a Amazônia em relação ao mundo, nos colocando na periferia geográfica, me fez querer caminhar ali e fincar meus pés."

– Defensora residente na Amazônia urbana

"A Amazônia não é só água, só peixe, só árvores. Tem pessoas."

– Defensora residente em um quilombo na Amazônia florestal sob pressão.

"Quando uma mulher nasce na Amazônia, nasce uma defensora."

– Defensora residente em uma reserva agroextrativista na Amazônia florestal sob pressão

"Mulheres, quando vocês se sentirem sozinhas e vulneráveis, fechem os olhos, se acoquem, ponham a mão sobre a terra, conversem com a mãe-terra e deixem ela ouvir o clamor de vocês e ouçam ela falar com vocês. Ouçam o vento, ouçam a floresta, ouçam os rios, ouçam os pássaros cantar, ouçam todos os ancestrais nossos que estão no meio da floresta, que já se foram e estão cuidando de nós. E aí vocês vão saber que a voz de vocês vai ecoar, não tenham receio, não tenham medo de falar, de expor opinião, de expor sugestão, de expor a crítica de vocês. Nós, mulheres indígenas, somos a mudança neste mundo. Pode ter certeza disso, que nós temos uma rede que embala todas essas mulheres e nós não estamos sós. Nós estamos sempre juntas segurando a mão uma da outra."

– Defensora residente em Terra Indígena na Amazônia florestal

Na Amazônia, as mulheres lidam com um duplo desafio. De um lado, as expectativas sociais quanto ao seu papel na sociedade; de outro, os riscos e vulnerabilidades que a multiplicidade de identidades a que pertencem pode gerar. Essas expectativas impactam consideravelmente a forma como elas enxergam e enfrentam os desafios que as rodeiam. Ao mesmo tempo, essas identidades relacionadas ao contexto regional em que vivem e outros marcadores sociais – como idade, classe social, orientação sexual, identidade de gênero,[1] raça, etnia, religião, entre outros – agregam experiências únicas e riscos específicos. O conjunto de vivências dessas mulheres não pode, portanto, ser generalizado, o que as coloca numa posição-chave para propor soluções. Este trabalho (1) visa identificar a visão das mulheres amazônidas sobre seu território e seus desafios, bem como (2) destacar as soluções que elas propõem, considerando suas peculiaridades e diversidade.

Para a construção dessa visão, 23 mulheres engajadas na defesa dos direitos humanos e do meio ambiente foram ouvidas entre outubro de 2022 e abril de 2023. Também foi realizado um grupo focal em Marabá (PA), em dezembro de 2022. Com base nesse exercício de escuta, coleta e sistematização das informações, e revisão bibliográfica relacionada, chegamos às seguintes conclusões:

- As defensoras possuem uma conexão profunda com seu território. Esse vínculo transcende a noção de posse enquanto propriedade, e assume uma relação espiritual de codependência, sustento e proteção. Essa relação é particularmente presente entre os povos tradicionais, como os indígenas e quilombolas, mas é uma percepção constante entre todas as entrevistadas e participantes do grupo focal, inclusive as que vivem em áreas urbanas. O território é, assim, parte intrínseca de sua identidade. E é na defesa desse espaço, seja pelos direitos humanos, preservação ambiental ou proteção da biodiversidade, que elas se mobilizam e atuam politicamente.
- As mulheres que vivem na Região Norte enfrentam desafios em comum, mas a complexidade desses desafios se intensifica com a interseção com outras identidades e especificidades regionais, sobretudo no que se refere à disponibilidade, acesso e qualidade de serviços oferecidos.
- As áreas sob pressão devido ao ecossistema de crimes ambientais apresentam desafios adicionais, pois a violência ou a ameaça são instrumentos frequentemente empregados por aqueles que cometem ilícitos. O impacto desse ambiente hostil é sentido nos corpos de mulheres amazônidas, seja pela normalização da violência em suas comunidades ou pelo uso direto dessa violência como forma de coação.
- As mulheres e as organizações por elas lideradas desempenham um papel fundamental na resistência contra essas violências, na proteção do bioma e na promoção de práticas sustentáveis de subsistência, produção e consumo, que são fatores determinantes na mitigação das mudanças climáticas.[2] Contudo, há pouco reconhecimento e apoio a essas iniciativas.
- As mulheres são submetidas a inúmeras formas veladas de violência devido ao seu ativismo e aos papéis de gênero a elas atrelados. Aquelas que não se conformam a um papel no âmbito privado e atuam publicamente contra a expropriação da floresta, suas riquezas e a violação dos direitos de povos locais são as mais afetadas. Segundo as defensoras entrevistadas pelo Instituto Igarapé, 51% daquelas que atuam na Amazônia brasileira relataram ter sofrido algum tipo de violência[3] – desde agressões físicas e psicológicas até domésticas e sexuais. Entre 2012 e 2021, 32 defensoras foram assassinadas,[4] a maioria em conflitos de terras nos quais a identidade do agressor frequentemente permanece incerta.

O relatório está dividido em quatro partes. Na primeira, abordamos o contexto da Amazônia brasileira onde esta pesquisa foi desenvolvida. Na segunda, explicamos a metodologia utilizada para este processo de escuta. Na terceira, destacamos os riscos e desafios apontados pelas defensoras que participaram da pesquisa. E, finalmente, descrevemos as soluções sugeridas por essas mesmas mulheres com recomendações sobre como a incorporação de uma perspectiva de gênero aos debates sobre o desenvolvimento sustentável na região é essencial para navegar o contexto de mudança climática e promover a paz e a estabilidade.

As amazônias na Amazônia

Para entender os desafios específicos enfrentados por mulheres defensoras amazônidas, é fundamental entender o território Amazônia;[5] a relação das populações locais com ele; e como a identidade amazônida pode trazer riscos e desafios extras para certos grupos, em especial de mulheres pertencentes a comunidades tradicionais.

Embora a Amazônia tenha sempre sido objeto de fascínio e motivado iniciativas públicas e privadas de desbravamento – nem sempre com impactos positivos –, a região vem recebendo crescente atenção no cenário internacional. Em tempos de emergência climática, a maior floresta tropical do mundo desempenha um importante papel na regulação climática. Ela contribui para criar condições climáticas favoráveis, tanto em escala regional quanto global, por meio do mecanismo hidrológico que libera água na atmosfera através de suas plantas e rios.[6] Nesse contexto, o Brasil ocupa uma posição privilegiada, uma vez que abriga sozinho 64% de toda a Amazônia. Isso equivale a cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados (59% do território nacional),[7] 20% da biodiversidade mundial, 20% dos reservatórios globais de água doce[8] e uma população de mais de 190 povos indígenas[9] e outras comunidades tradicionais, incluindo quilombolas e ribeirinhos.[10] Ao mesmo tempo, é justamente nessa região do país que se concentram 59% de todos os conflitos de terra registrados no Brasil em 2022.[11] Quatro dos cinco estados com o maior número de conflitos de terra estão na Amazônia Legal. O impacto desses conflitos nas populações locais é enorme e desproporcional, no caso das mulheres.

Mas onde ocorrem esses conflitos e por quê? Na realidade, a região amazônica brasileira é tão diversa quanto grande, e existem diferenças socioeconômicas e naturais relacionadas principalmente à cobertura vegetal que impactam a incidência desses conflitos.[12]

A região conhecida como Amazônia florestal, que corresponde a 39% do território da Amazônia brasileira (principalmente no estado do Amazonas e norte do Pará), é onde se observam menos conflitos. Essa região é menos povoada e apresenta o menor índice de desmatamento, com apenas 5% da cobertura florestal desmatada. Já a Amazônia florestal sob pressão, que abrange 29% do território, é um dos principais palcos de conflitos. Essa região tem 75% da floresta preservada, mas enfrenta disputas e, consequentemente, um processo acelerado de desmatamento, extração ilegal de madeira, garimpo de ouro e grilagem de terras.

Há também a Amazônia desmatada, que engloba 11% da Amazônia legal e que perdeu mais de 70% da sua floresta original, sendo essas áreas muitas vezes subutilizadas ou abandonadas – com exceção das Áreas Protegidas.[13] Há ainda a Amazônia não florestal,[14] que corresponde a 21% do território e está concentrada em Mato Grosso, Tocantins e Roraima. Essa região é predominantemente ocupada por vegetação de cerrado e campos naturais. E, por fim, a Amazônia urbana, que é caracterizada por grandes cidades, sendo a moradia de 76% da população local.

O ecossistema de crimes ambientais na Amazônia[15] e a pressão exercida por economias lícitas geram impactos diferentes em cada uma dessas regiões e ameaçam a paz e a segurança locais.[16] Sob o pretexto do desenvolvimento econômico, grandes empreendimentos justificam os deslocamentos e invasões de terras, além da paralisação da demarcação dos territórios, do desmatamento contínuo e da poluição dos rios.[17] Esse cenário, combinado à disputa pelos

recursos locais e à exploração decorrente do complexo ecossistema de crimes ambientais – que engloba garimpo ilegal, grilagem de terras, tráfico de animais e presença de facções de narcotraficantes –, coloca em risco as condições de vida das populações locais. Além disso, o impacto é especialmente severo e diferenciado para as mulheres. Esse panorama se intensificou com o retrocesso da democracia no Brasil, que comprometeu a capacidade das instituições de combater os crimes ambientais.[18]

Em 2022, foram registrados 926 conflitos de terra e 128 conflitos de água na Amazônia.[19] Nesse contexto, houve 34 assassinatos, 87 tentativas de assassinatos e 123 ameaças. Das 34 mortes registradas, cinco foram mulheres (15%). Pará, Maranhão e Amazonas concentram 56% dos conflitos de terra e água da região.[20] Rondônia e Maranhão lideram o ranking de assassinatos, com sete vidas perdidas em cada um. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) indicam que os povos indígenas são os mais atingidos, com 38%, seguidos dos sem terra, com 20%, e ambientalistas, com 9%.

Uma análise realizada pelo Instituto Igarapé nessa base revelou que, apenas entre 2012 e 2022, ocorreram 765 ataques a mulheres na Amazônia Legal[21] por conflitos no campo, a maioria na forma de ameaças de morte. Esse número inclui intimidação, prisão, tentativa de assassinato e o assassinato de 36 mulheres. A maior parte dos agressores é de grileiros e fazendeiros. Os casos estão concentrados no Pará, Maranhão e Rondônia, em particular nos municípios de Altamira(PA), Formosa da Serra Negra (MA) e Porto Velho (RO).

Observa-se, assim, que a violência faz parte do dia a dia da população local, em especial das áreas sob pressão, ou ainda nos grandes centros urbanos. No entanto, o impacto dessa violência em mulheres é menos visível e por vezes sequer quantificado. Se por um lado as bases públicas estaduais e nacionais sobre a violência contra mulheres carecem de dados desagregados e detalhados geograficamente, não há registros sistemáticos de violências cometidas contra mulheres defensoras, o que não significa que não sofram violência. Os tipos de violência que mais afetam mulheres na região são por vezes silenciosos e com frequência não são devidamente considerados por programas de proteção.[22]

Além da violência decorrente da disputa e proteção do território, essas mulheres enfrentam outro tipo de violência decorrente da desigualdade de gênero e dos impactos que sofrem quando contrariam os tradicionais papéis de gênero. De fato, essas mulheres não são apenas sobreviventes da violência. Elas desempenham um papel central na preservação do meio ambiente, na defesa dos direitos e na mitigação das mudanças climáticas.[23] Assim como a violência que enfrentam, sua contribuição não é devidamente reconhecida ou documentada.

Com o objetivo de tirar da invisibilidade essas tendências silenciosas, este trabalho trouxe elementos essenciais coletados a partir de conversas com pelo menos 23 mulheres defensoras. Abordaremos, em seguida, nossa metodologia de pesquisa, para depois apresentar a visão delas sobre os desafios de seus territórios e as possíveis soluções.

Metodologia

Esta pesquisa se baseia em um enfoque participativo a partir de grupos focais e entrevistas em profundidade. A equipe do Instituto Igarapé realizou um grupo focal com oito mulheres defensoras do meio ambiente e direitos humanos em Marabá, no estado do Pará, em 10 de dezembro de 2022, e 23 entrevistas (11 mulheres indígenas, cinco mulheres quilombolas, cinco trabalhadoras rurais e duas ativistas de áreas urbanas), entre dezembro de 2022 e abril de 2023.

Para os propósitos deste estudo, focamos em mulheres defensoras, sobretudo das áreas sob pressão. Embora nem todas as defensoras entrevistadas morem nesses territórios, muitas estão familiarizadas com eles, seja pela proximidade geográfica, seja por terem sido obrigadas a deixar essas áreas no passado, ou ainda devido às causas que defendem. A partir da análise sobre a incidência dos conflitos anteriormente mencionados e dos índices de violência, selecionamos os estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia e Roraima como foco da pesquisa. No entanto, devido à dificuldade de localizar uma defensora com o perfil adequado e disponibilidade de tempo para o desenvolvimento desta pesquisa em Rondônia, esse estado não foi representado nas entrevistas realizadas.

Para a coleta e análise dos dados, utilizamos algumas técnicas de pesquisa participativa, em especial o chamado diagnóstico rural participativo (PRA, da sigla em inglês *Participatory Rural Appraisal*). O principal objetivo dessa metodologia é envolver as populações locais na formulação de soluções para seus respectivos territórios. Dessa maneira, as participantes determinam juntas quais desafios consideram como mais importantes para alcançar o desenvolvimento sustentável em uma determinada localidade, e, na sequência, identificam as soluções que acreditam ser mais adequadas para superá-los. Três técnicas principais foram usadas para esse fim:

- Mapeamento social e territorial: Essa técnica consiste na caracterização das populações residentes em um determinado território, bem como suas principais características geográficas. Assim, cada defensora se apresentou, falou sobre o trabalho que desenvolve e descreveu seu território de atuação, abordando sua origem e local atual.
- Classificação dos principais desafios: As entrevistadas foram convidadas a falar sobre os maiores desafios de seu território e como eles afetam o seu dia a dia. No encerramento, no contexto do grupo focal, foi proposto um exercício de priorização, no qual cada defensora apontou aqueles desafios que julgava serem de maior relevância.
- Classificação das soluções: Nesta etapa, procurou-se identificar que tipos de soluções cada defensora acreditava ser mais eficaz para superar os desafios locais. O objetivo era promover uma apropriação local de soluções efetivas para problemas comuns. No grupo focal, pediu-se às defensoras que classificassem por ordem de prioridade as soluções que viam com mais potencial de eficácia diante dos desafios já identificados.

O grupo focal reuniu mulheres defensoras de diferentes territórios do Pará, incluindo mulheres brancas, indígenas e negras, inclusive quilombolas. Houve um esforço para garantir essa diversidade. As equipes de pesquisa combinaram defensoras locais, que são contratadas pelo Igarapé, com pesquisadores do próprio Instituto. Esta conversa foi organizada em parceria com o Instituto Zé Cláudio e Maria (IZM), cuja presidência é ocupada por uma das defensoras.

Quanto às entrevistas, estas foram conduzidas tanto pelas defensoras que atuam como consultoras do Igarapé quanto pela equipe do Igarapé. A fim de garantir a unidade metodológica, tópicos sobre ética de pesquisa, confidencialidade e segurança foram compartilhados com as defensoras consultoras durante um seminário de pesquisa promovido pelo Instituto Igarapé em setembro de 2022. Um questionário-base foi elaborado pela equipe do Instituto Igarapé e distribuído entre elas. Todas as entrevistas realizadas por elas foram gravadas e os registros de áudios compartilhados em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados. Posteriormente, as entrevistas foram codificadas e analisadas usando uma ferramenta de análise qualitativa que identificou os trechos mais relevantes para o objetivo desta pesquisa. A análise subsequente baseia-se nos dados coletados tanto no grupo focal quanto nas entrevistas.

Os desafios pelo olhar delas

As entrevistas com as defensoras revelaram uma relação profunda entre sua identidade e o território em que vivem. Seja a Amazônia de forma geral, este macro território, seja o território amazônico específico em que vivem, com suas peculiaridades geográficas. Além disso, a essa identidade territorial, acrescenta-se uma identidade cultural associada à sua comunidade tradicional, raça, etnia e outros marcadores identitários. E, por fim, o gênero, e os papéis a ele associados, adicionam a última camada à identidade dessas mulheres, influenciando seu lugar e vivência no território amazônico.

> "A minha relação com o território é tudo, é cultural, social e política. Como cultural? Através das nossas tradições, dos nossos rituais, da nossa pajelança, das nossas plantas medicinais, das nossas parteiras, das nossas benzedeiras. Através de tudo que se transforma na espiritualidade e na ancestralidade do nosso povo tupinambá. E política porque eu sou uma liderança indígena. Por ser mulher, eu sou uma mulher indígena que puxa as outras mulheres para dentro do movimento. E social: a gente ajuda na escola, na saúde e em outras questões relacionadas dentro do território para desenvolvimento e também como forma de renda e sustentabilidade às famílias dentro do território, dentro da aldeia."
>
> – Defensora indígena residente na Amazônia sob pressão

Dessa forma, essas identidades sobrepostas, começando pelo território e em conjunção com as demais, influenciam profundamente os desafios percebidos, os riscos e vulnerabilidades enfrentados e, consequentemente, as soluções propostas.

Com base nesse entendimento, identificamos três grandes desafios comuns:

- Identidade, inclusão e o Estado

Este desafio reflete a dificuldade do Estado em compreender e lidar com as características geográficas, culturais e identitárias do território amazônico. Como resultado, há uma presença restrita na região amazônica e serviços pouco inclusivos para comunidades e indivíduos de povos tradicionais da região.

- A centralidade da luta pelo território

O território é um elemento central de identidade dos povos e indivíduos da Amazônia. Por isso, os desafios enfrentados nesses territórios impactam diretamente a própria existência das mulheres consultadas, com foco na presença das relações econômicas, tanto lícitas quanto ilícitas, que muitas vezes se chocam com o modo de vida e os direitos de comunidades tradicionais e das mulheres.

- A mulher amazônida

Os desafios enfrentados por mulheres e meninas na região amazônica estão ligados aos papéis de gênero e às expectativas sociais impostas a elas. Além da violência generalizada, muitas mulheres defensoras destacaram os desafios que enfrentam ao assumir posições de liderança em uma região marcada por conflitos territoriais.

Identidade, inclusão e o Estado

A diversidade da região amazônica traz consigo desafios estruturais inerentes à sua disposição geográfica única e à sua ampla representação multicultural, étnica e racial. Entre os desafios ressaltados pelas mulheres consultadas está a ausência de uma política de inclusão adequada e uma abordagem interseccional das políticas públicas da região, em particular uma que compreenda e atenda aos riscos e vulnerabilidades específicos apresentados por certos marcadores identitários gerados por mulheres que residem nesse território. Assim, argumenta-se que esses grupos têm limitado acesso a serviços e, com frequência, são julgados por seus hábitos, rituais, roupas e aspectos físicos, como cabelos e adereços. No caso de mulheres negras, menciona-se o preconceito contra turbantes e cabelos estilo *black power*. Já as indígenas reclamam que há uma romantização e hipersexualização que as descredibiliza e afeta suas lutas.

> "Costumo dizer que eu me visto todos os dias com uma armadura de ferro. Porque não é fácil sair de casa com um turbante desse tamanho. Não é fácil sair de casa com um colar afro. Não é fácil sair de casa com uma roupa colorida. Não é fácil. Eu tenho que ter, por cima ou por baixo da minha roupa, uma armadura de ferro. Às vezes, eu me sinto usando aquele negócio que colocam nos cavalos, para eles olharem só para frente. E ainda uma forquilha que sustente o queixo para que não abaixe a cabeça. Tudo isso é enfrentamento. Eu passo por isso todos os dias da minha vida."
>
> – Defensora residente em quilombo na Amazônia sob pressão

Muitas participantes acreditam existir uma conivência por parte do Estado com práticas de exclusão social, intencionalmente reduzindo o fornecimento de serviços públicos básicos às populações rurais, em especial quando se trata de integrantes de movimentos sociais frequentemente estigmatizados, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Populações historicamente marginalizadas, como indígenas e quilombolas, se sentem excluídas das políticas públicas do Estado. Os relatos variam desde denúncias graves de violações dos direitos humanos, que parecem não ter seguimento, até a dificuldade de obter uma segunda via de documentos de identificação.

No âmbito da educação, as barreiras são múltiplas: a dificuldade de acesso em razão de uma série de fatores, inclusive a pouca disponibilidade de ensino formal nos territórios, a falta de materiais básicos para professores e alunos, ou ainda o pouco conhecimento sobre o ensino adaptado aos modos de vida de cada população. Mesmo quando conseguem acesso à educação, muitas dessas pessoas sentem necessidade de se unir a movimentos estudantis para lutar por políticas de inclusão e pelo reconhecimento cultural dentro dos ambientes estudantis, principalmente nos meios universitários, que frequentemente são excludentes e perpetuam visões estereotipadas sobre os povos tradicionais. Existem relatos, por exemplo, de apresentações de danças sendo barradas devido à expressão corporal e uso de adereços tradicionais.

> **"Muitas vezes só nos ouvem como indígenas a partir do momento que você tem um cargo, uma função ou um diploma, para que você possa levantar sua voz e falar. Muitas vezes os indígenas sofrem e não conseguem clamar por socorro, porque as autoridades tendem a fechar os ouvidos e somente ouvem uma pessoa que tem maior status ou prestígio social para estar dialogando frente a eles."**
>
> – Defensora indígena residente na Amazônia florestal

No âmbito da saúde, destacou-se a falta de respeito e considerações relativas às práticas ancestrais, valores e crenças, que deveriam ser integradas aos serviços fornecidos e à elaboração de programas de saúde. Além do descaso generalizado, uma vez que não há espaços nem equipes de qualidade atendendo aos diversos territórios, mencionam-se as barreiras extras enfrentadas por essas populações para alcançar esses serviços e utilizá-los plenamente. Ouvimos relatos de assédio contra mulheres indígenas quando levam seus filhos aos hospitais, recusas de fornecimento de atestado baseados em critérios raciais e dificuldade em obter cuidados médicos e tratamentos devido a estigmas da equipe de saúde. Vale ressaltar que, em muitos casos, alguns desses indivíduos possuem identidades que se sobrepõem, intensificando desafios e preconceitos, como é o caso de membros de povos tradicionais portadores de deficiência.

Os efeitos da pandemia da Covid-19 também foram discutidos de forma detalhada pelas participantes. Afinal, o Brasil foi um dos epicentros da crise de saúde global. Com um governo que desprezou medidas com eficácia científica comprovada, registramos um dos maiores números de mortes pela doença. A Região Norte e, em particular, os povos tradicionais, foi desproporcionalmente afetada. Além da demora no acesso ao atendimento e às informações básicas sobre prevenção, não conseguiram receber prontamente o auxílio emergencial e enfrentaram riscos elevados ao procurar meios de subsistência para suas famílias. A esse cenário, somam-se os impactos na saúde mental, dada a alta incidência de suicídios entre indígenas e a ausência de uma política pública específica para enfrentar este problema.

> "O pior governo do Brasil aconteceu junto com a pandemia. Parecia um furacão que vai devastando tudo. Eu fui a primeira pessoa que teve Covid na comunidade e fui atendida por um médico cubano na CONAQ.[24] A comunidade era a única que tinha celular, então as pessoas vinham e a Covid foi se espalhando. Foi preciso fazer uma barreira sanitária, fomos o primeiro território a fazer isso. Ficamos do dia 14 de abril até o dia 1 de julho com o território fechado, sem nenhum caso de Covid dentro do território. Foi uma luta pela sobrevivência, não só para não pegar Covid, porque ficamos sem acesso ao alimento. Era ou colher o alimento e vender para alimentar sua família e pegar Covid, ou passar fome e não se infectar. Passava dia e noite explicando o auxílio emergencial, criando e-mail, dando celular, acesso a chips, tudo."
>
> – Defensora residente em quilombo localizado na Amazônia sob pressão

Outro tema bastante debatido foi a violência obstétrica e a alta mortalidade materna e infantil em áreas específicas apontadas pelas participantes. Essas áreas são vistas como exemplos do descaso do Estado com a saúde da mulher e do preconceito contra os povos tradicionais. A equipe de pesquisa do Instituto Igarapé recebeu um dossiê detalhando dezenas de casos de mortes de mães e bebês em uma maternidade no município de Marabá. Desde então, diversas notícias sobre o assunto foram veiculadas na imprensa.[25]

Ainda na linha de apontar a negligência por parte do Estado, entre os desafios mais destacados pelas participantes está a ausência do devido processo legal em diversos casos nos quais houve o acionamento do poder público em episódios relacionados a massacres, contaminação por agrotóxicos, assassinatos e ameaças, entre outros.

> "E essas mortes que você não vê nenhum dos executores dos crimes presos, muito menos o mandante. Você não vê o governo do estado se posicionar, dar uma entrevista dizendo 'nós iremos trabalhar em cima das investigações para apurar todos os crimes contra as lideranças indígenas e quilombolas neste estado, para que seus mandantes sejam punidos, seus executores também'. Nunca. O governo não se posiciona. Diante de uma situação dessa, é um governo conivente com o que está acontecendo. Infelizmente é a nossa realidade."
>
> – Defensora residente em quilombo localizado na Amazônia sob pressão

Além do desafio geral de lidar com a presença constante do crime organizado, há outros problemas, como a escassez de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs) que funcionem 24 horas, a ausência da Polícia Federal nas fronteiras e territórios tradicionais, e a necessidade de um tratamento mais adequado por parte dos profissionais da segurança pública a vítimas e agressores que sejam membros dos povos tradicionais.

Muitos desafios mencionados pelas mulheres ouvidas se referem à dificuldade do Estado brasileiro em prover serviços essenciais a uma população marcadamente multicultural, que está inserida em um território com especificidades geográficas que impõem desafios adicionais. O Estado já enfrenta dificuldades para alcançar toda a sua população, mesmo em centros urbanos do sudeste do país. No entanto, é importante ressaltar que os relatos aqui destacados enfatizam o choque entre um Estado ocidentalizado e as culturas tradicionais locais. Há uma aparente inaptidão em implementar políticas inclusivas, comprometendo a realização das funções básicas do Estado e que estão no cerne de suas obrigações constitucionais.

A centralidade da luta pelo território

A pressão existente na Amazônia não é recente. No entanto, o cenário atual, marcado por graves e recorrentes violações ao bioma amazônico em um momento em que o mundo busca um consenso em prol de uma coexistência mais sustentável no planeta, oferece a oportunidade de ouvir uma parcela da população frequentemente ignorada. Os desafios relacionados ao território vão além da presença de grupos ilegais e da disputa por recursos. Eles incluem o tratamento do território da Amazônia como um bem a ser comercializado, desconsiderando a relação ancestral dos povos tradicionais e locais com esse território.

> "Para nós, povos indígenas, o nosso território – que a gente chama de território, que é o nosso bioma e pode ser qualquer um dos seis biomas – é a nossa vida. A nossa mãe. Faz parte da gente, é uma extensão do nosso corpo. Então, toda vez que queimam o território, que desmatam o território, é como se estivessem queimando nossos corpos. Quando colocam balsas de garimpo nos rios, é como se estivessem entupindo nossas veias. E a gente se sente pertencente ao território de tal forma que é por isso que a gente sempre anda com os nossos adereços, com as nossas sementes, com as nossas plumas, porque é uma lembrança do nosso território, de que a gente faz parte do nosso território. Não importa onde a gente esteja, posso estar na Bahia, posso estar em São Paulo, posso estar no Rio de Janeiro, posso atravessar o oceano e estar na Europa, mas eu sei que eu tenho um território. Eu sei para onde tenho que voltar, o que estou fazendo e o que estou defendendo."
>
> – Defensora indígena residente na Amazônia urbana

Dentro desse contexto, ficou claro que as mulheres amazônidas têm desempenhado um importante papel ao falar sobre direitos, regularização fundiária e preservação nos territórios. Seja em acampamentos relacionados à reforma agrária, em grupos de mulheres de povos tradicionais, coletivos dedicados à agricultura sustentável e agrofloresta, ou por meio das organizações da sociedade civil,[26] essas mulheres têm sido vozes ativas. Acreditam que a informação, a educação e a articulação entre as pessoas que vivem no território podem contribuir para a transformação da relação predatória com o território amazônico, de forma geral.

No entanto, elas relatam que têm enfrentado cada vez mais riscos, tanto individualmente quanto coletivamente. Segundo elas, os agressores buscam formas de expulsar as famílias dos territórios e impor medo nos integrantes das comunidades, para dissuadi-los a liderar a luta pela terra. Nas situações de confronto direto, territórios são invadidos e queimados, resultando na destruição das plantações e casas, juntamente com todas as roupas, alimentos, aparelhos celulares, documentos e demais pertences valiosos das famílias. Ainda mais preocupante é que famílias inteiras, incluindo crianças, mulheres grávidas e idosos, assim como seus animais de estimação, enfrentam ameaças, agressões físicas e até assassinados. Em seus testemunhos, as defensoras revelam o medo vivido, citando intimidações que variam desde ameaças de atropelamento até tiros disparados na frente das igrejas que frequentam, e, no caso específico das facções, a apresentação de imagens perturbadoras como um coração ainda batendo.

> "Quando nós mulheres nos manifestamos contra o garimpo, nos sentimos ameaçadas por expor nossos pensamentos pela sociedade. Em especial quando temos voz nos movimentos sociais, como ativistas."
>
> – Defensora indígena residente na Amazônia florestal

> "Quando você não se submete, pode correr riscos, dependendo da forma como se posiciona em determinadas pautas que são conflituosas, principalmente as que envolvem grandes empreendimentos. (...) São momentos tensos, em que você se posiciona e, de repente, pode se ver numa situação de ameaça, de tentativa de silenciamento (...) Me sinto corajosa, mas não me sinto segura (...) Sou uma pessoa muito cautelosa e muito consciente de que toda luta tem que ter estratégia, tem que ter um norte, um rumo. As coisas não são aleatórias. Tem que pensar na sua segurança e na dos outros. Você não pode ser irresponsável. A militância exige de nós uma coerência muito grande e eu tenho consciência tanto desse risco, da insegurança, de não me sentir segura, quanto também de que eu tenho que ser responsável porque o meu ato, a minha posição, pode incidir na vida de outras pessoas, inclusive da minha família. Então eu tenho que fazer sempre ponderações sobre as minhas atitudes, sobre as minhas militâncias."
>
> – Defensora residente em quilombo localizado na Amazônia sob pressão

A atuação de fazendeiros, grileiros e posseiros, inclusive por meios ilícitos, é notória, especialmente diante da ausência de um marco normativo de proteção adequado. Eles operam frequentemente à margem da lei, "aterrorizando a população local como forma de expulsá-la de seus territórios". Esse é um dos aspectos mais marcantes da realidade amazônica, evidenciando as ameaças enfrentadas por suas comunidades. As mulheres, em particular, enfrentam desafios desproporcionais e específicos nesse contexto. Segundo as participantes da pesquisa, há uma relação intrínseca entre "grandes propriedades e violência", já que o embate entre defensores e defensoras da terra e do meio ambiente e fazendeiros ocorre em grande parte devido à falta de regulamentação territorial que assegure os direitos dos povos tradicionais, e a posse da terra para economias sustentáveis em harmonia com a floresta.

> "O que mais tem é conflito com fazendeiros e jagunços. Precisa conscientizar a comunidade de que fazendeiro não é amigo. Fiz até um seminário para falar de justiça ambiental. (Que não existe né, o que existe é racismo ambiental). Falar sobre isso nos territórios, causando impacto, traz riscos (o nome da gente corre). E eles têm armas de fogo. Mas a gente tem sabedoria. Que é pior do que arma de fogo."
>
> – Defensora residente em um quilombo na Amazônia sob pressão

> "Na época, eu e um companheiro respondíamos pelo acampamento. Fugi sozinha, meus filhos fugiram depois e só sobrou a mais nova no berço, para quem eles apontaram uma arma. Quando eu ia correr, falaram "perdeu", mas não sabiam quem eu era. Acharam que era uma pessoa comum e me deixaram ir. Companheiras foram tentar pegar a minha criança e eles ameaçavam jogar ela dentro da caminhonete pegando fogo onde estavam jogando os animais. Falavam que não iam entregar a criança se não fosse para a mãe. Empurravam as mulheres. Mas um aluno conseguiu salvar minha filha, colocando um lençol na cabeça dela e correndo. Eu tentei voltar para pegar minha filha, fazer a troca, dar a minha vida pela dela, mas os companheiros não deixaram. Falaram que não iam conseguir salvar ela desse monte de homens armados. Acho que esse foi o momento mais difícil da luta da terra. Isso coloca a gente em outro contexto, porque nós mulheres somos colocadas em outro lugar. A gente tá no enfrentamento, mas a gente é mãe, é esposa. Quando a gente vê um dos filhos da gente sendo ameaçado de morte, não esquece com facilidade."
>
> – Defensora residente na Amazônia desmatada

Na Amazônia, mulheres fortes surgem como líderes nos movimentos pela terra, servindo de exemplo para outras defensoras. Elas acreditam que lutar pelo direito à terra ultrapassa os interesses individuais, familiares e comunitários. Para elas, é fundamental pôr fim às diversas desigualdades na Amazônia e, para isso, é preciso romper com a estrutura fundiária existente. Sustentam que as famílias precisam se organizar para reivindicar coletivamente a não-comercialização da terra, pois acreditam que a terra não deve ser uma mercadoria, mas sim um bem comum que deve servir ao bem coletivo e integrar a identidade das pessoas.

> "Quando eu defendo o meu território, estou defendendo por mim, porque é o meu território, mas também estou defendendo pelo meu filho, pelos meus netos que virão, pelos meus sobrinhos que ali estão e os que ainda vão nascer. Então eu preciso fazer de uma forma que, quando eles chegarem, encontrem o território, e que eles não tenham que passar pelas mesmas lutas que eu estou passando. Não quero estar sempre na luta. Eu quero um dia voltar pra casa e não ter uma cerca para atravessar. Eu quero um dia voltar pra casa e que o igarapé não esteja seco porque o arrozeiro puxou a água. Eu quero um dia voltar pra casa e comer o peixe que está ali no igarapé sem envenenamento. Não quero essa luta para sempre. É por isso que eu estou aqui hoje, que eu me mantenho."
>
> – Defensora residente em um quilombo na Amazônia sob pressão

Aos já conhecidos desafios, soma-se o aumento da presença de grupos armados ilegais – com destaque para o narcotráfico, a milícia e os mineradores ilegais – que intensificam os riscos e ameaças às populações locais, com ênfase nas mulheres. Para além das frequentes práticas violentas, com graves consequências para mulheres e meninas, a presença desses homens fortemente armados resultou na ocupação de partes significativas do território de povos tradicionais, restringindo o acesso a essas regiões no interior da mata. Essa situação foi agravada com a chegada de membros de facções do Rio de Janeiro e de São Paulo aos presídios da Região Norte. Como reflexo do fortalecimento das facções, as participantes da pesquisa relatam que os rituais de iniciação nesses grupos são marcados pela violência, e têm como base a construção de masculinidades violentas. Tal realidade tem consequências diretas na violação dos direitos e na integridade física das pessoas que vivem na região.

> "Não é só o fato de você perder o direito de ir e vir dentro do seu próprio território. São essas práticas violentas, sabe. Parece que para entrar pra facção o cara precisa matar alguém. Não importa quem. Nossas vidas estão em risco não só porque podemos ser vitimizadas assim do nada, mas também porque esses rituais trazem a normalização da violência em um ambiente que já é machista. Já se baseia em uma construção do homem como um ser violento."
>
> – Defensora residente em um quilombo na Amazônia desmatada

Além do tráfico de drogas e de armas, há o garimpo ilegal e rumores sobre tráfico humano pelos rios da Amazônia. Também se pratica o desmatamento para o tráfico de animais e de madeira, assim como a pesca ilegal. Nesses últimos casos, aponta-se a conivência do poder público e atuação de fazendeiros, e da chamada agromilícia, definida pelas participantes como policiais descaracterizados atuando com o agronegócio. Em um relato comovente, uma mulher indígena contou como esses grupos buscam apoio dos povos tradicionais que, em situação de vulnerabilidade e escassez, acabam sendo coniventes com diversas formas de violência baseada em gênero contra mulheres e meninas, em particular indígenas.

> "Eu estava lá para fazer outras coisas né, com as parentas. Mas eu passei por um determinado local e vi os próprios parentes entregando uma menininha pro minerador. Ela era bem nova. Usada como uma moeda de troca. Eu queria chorar, fazer alguma coisa. Mas eu só respirei fundo, fingi que não vi e continuei. Não sei o que foi mais violento, ver a cena ou fingir que não vi para continuar tendo acesso àquele território."
>
> – Defensora indígena residente na Amazônia urbana

Como podemos observar, os desafios associados aos territórios amazônicos são imensos e geram ameaças diretas à segurança e direitos das populações locais. Questões relacionadas ao gênero resultam em um efeito desproporcional e específico em mulheres e meninas que carecem de marcos de proteção adequados.

A mulher amazônida

Em todos os lugares do mundo, mulheres que questionam papéis de gênero tradicionais enfrentam ameaças. Na Amazônia, isso não é diferente. Além da violência generalizada contra mulheres, que coloca os estados amazônicos no topo do ranking de violência sexual,[27] mulheres em posição de liderança enfrentam variadas formas de violência usadas como estratégia para silenciá-las e recolocá-las em papéis tradicionais, e em posição de submissão.

> "Quando nós assumimos esse papel de liderança do movimento indígena, como mulher indígena, principalmente, não há segurança. Há uma instabilidade, tanto dentro do território indígena como fora dele, porque a nossa luta e a nossa causa é uma só, ela nos une, une todas as mulheres indígenas. (...) as denúncias que são feitas de abuso, de violência, contra mulheres, crianças, idosos e jovens, isso mexe com muita gente, não só homens, mas com governança, com direitos. Então a gente acaba se sentindo insegura nesse sentido, de não haver segurança para nós, é uma ameaça à vida, né? Então existe essa questão sim, mas a gente não para."
>
> – Defensora indígena residente na Amazônia urbana

Essas violências, muitas vezes sutis, têm efeitos perversos na atuação dessas mulheres, inclusive no interior de seus lares. Se, por um lado, esses atos surgem como resposta ao crescente papel político que essas mulheres decidem assumir publicamente, por outro, os agressores podem ser pessoas próximas – familiares, companheiros e amigos. Ao mesmo tempo, também há agressores anônimos, envolvidos nas economias lícitas e ilícitas, que colocam pressão sobre o bioma amazônico. Como consequência, observamos violências sutis e outras nem tanto, diretas e indiretas, acumulando-se contra essas mulheres que desempenham um papel fundamental na defesa de seu território e bioma. Mas por que isso ocorre?

Os papéis de gênero, construídos histórica e socialmente, afetam todos os indivíduos, impactando ainda mais as mulheres com outros marcadores identitários. Essas dinâmicas em territórios amazônicos trazem desafios específicos ao exercício da liderança pelas defensoras, dada a multiplicidade cultural e características geográficas singulares da região, englobando mulheres rurais, ribeirinhas, urbanas, indígenas ou quilombolas. As participantes desta pesquisa relataram que o processo para serem aceitas como líderes foi violento e marcado pela invisibilização, deslegitimação e silenciamento de seu protagonismo. Tais desafios ganham camadas distintas por conta da diversidade de suas identidades, como LGBTQIA+, indígenas, quilombolas ou jovens. Ao se posicionarem como líderes e protagonistas, essas mulheres questionam os papéis de gênero tradicionais e, assim, se tornam vítimas dos mais diversos tipos de violência, inclusive a doméstica. Essa insegurança muitas vezes as leva a se afastarem de seus trabalhos e causas, ou a sofrer sérios impactos em sua saúde mental. Aquelas que persistem na luta, em muitos casos, são obrigadas a abandonar seus territórios.

> "Quando a gente fala que a sociedade é machista, patriarcal, a gente não está falando só da direita ou extrema-direita. A gente está falando de uma sociedade, uma estrutura de sociedade. (...) E o lugar da mulher, esse lugar da mulher líder, da mulher que fala, ele é um lugar que é conquistado através do enfrentamento das mulheres. (...) Quando a gente é mulher e está na luta, a gente precisa ir se impondo. E quando a gente vem de um território violento, a primeira coisa que é exigida da gente é não ter medo."
>
> – Defensora residente na Amazônia desmatada

> "Sendo mulher e indígena, o preconceito tem um peso duplo. Porque por mais que você seja uma mulher que estuda, uma mulher com princípios e valores, que faz um excelente trabalho, as pessoas sempre te colocam à margem da sociedade pelo fato de ser mulher, pelo fato de ser indígena. Sempre você está naquele impasse de provar a sua capacidade de desenvolver e dar conta de qualquer atividade que possa ser designada Sua capacidade está sempre em jogo pelo fato de ser mulher e, principalmente, por ser indígena."
>
> – Defensora indígena residente na Amazônia desmatada

> "Quando negam nosso espaço de fala, também é uma forma violenta de tentar nos calar. Quando usam nosso espaço e nossa fala para distorcer o que de fato é luta, porque a gente não pode querer estar em um espaço maior sem o aval das outras pessoas, das outras lideranças. E se tem um grupo pequeno, o ataque contra a gente é maior. E, principalmente, o que me deixa muito triste é quando uma mulher indígena também ataca."
>
> – Defensora indígena residente na Amazônia florestal

Nesses casos, os agressores costumam ser pessoas muito próximas e, como resultado, algumas mulheres se refugiam na solidão e no isolamento como mecanismos de defesa.

> "Estou acostumada a estar sozinha pra não ter alguém mandando em mim. Tive que criar ferramentas de defesa para sobreviver. Eu tenho a expressão de uma mulher brava para sobreviver. E sou julgada por isso."
>
> – Defensora residente em um quilombo na Amazônia sob pressão

Nesse contexto, as mulheres defensoras desafiam as regras sociais, sendo frequentemente comparadas a homens por serem "determinadas, duras, independentes e sem medo". Ao mesmo tempo, as participantes da pesquisa ressaltaram que as próprias mulheres não refletem sobre o que significa ser mulher, ainda mais uma mulher amazônida. Essa falta de informação, somada à educação sexual insuficiente, dificulta a ruptura com padrões sociais, colocando

mulheres de diferentes gerações em um círculo vicioso. Nesse ciclo, muitas abandonam os estudos ainda jovens, geralmente em função de uma gravidez precoce e, entre os 20 e 30 anos, chegam a ter mais de cinco filhos. Em contrapartida, muitos homens abandonam suas famílias sem dar qualquer tipo de satisfação ou apoio.

> "As pessoas olham para a gente sempre como guerreira, sempre como forte, e nunca olham para as fragilidades... porque a gente sempre tem que ser forte, tem que mostrar que é forte para conseguir esse espaço de defensora de direitos e, principalmente, para trazer mais mulheres. Isso é muito desafiador, muito, demais. Eu acho que ser uma mulher defensora é definir sua palavra, se autodesafiar, sabe? Para que a gente conquiste esse espaço. Porque é muito fácil as pessoas valorizarem uma pessoa quando ela está em um espaço como o da Sônia [Guajajara], mas também é muito fácil bater, muito fácil criticar, por ser uma mulher. E isso acaba doendo muito, porque, por exemplo, eu acompanho muitas mulheres e sempre vejo o quanto é desafiador você ser mãe e ser cacica, ser líder e ter que se dividir entre tudo isso. Uma mãe não pode deixar o filho que já dizem que é abandono. Uma mãe não pode deixar muito a casa porque já é abandono também. E aí vem as críticas do movimento."
>
> – Defensora indígena residente na Amazônia florestal

Mulheres que estudam, se separam ou trabalham vivem a exaustiva realidade de duplas jornadas. Algumas defensoras que são mães relatam ter passado noites em filas para conseguir vaga na escola ou consulta médica, pois não contam com o apoio de terceiros. Elas sentem que, para se defender, precisam aprender a ser autossuficientes em todos os aspectos da vida, e percebem que suas lutas muitas vezes são invisíveis para a sociedade.[28]

Às violências sutis relacionadas ao gênero, somam-se violências diretas, ambas gerando efeitos nefastos na integridade física e psicológica dessas mulheres. Muitas defensoras ouvidas relatam ser vítimas de violência sexual, doméstica e intrafamiliar. Em alguns casos, as experiências de violência foram tão traumáticas que hoje em dia elas preferem não se envolver diretamente com o assunto.

Elas relatam que muitas mulheres ainda desconhecem seus direitos, não conseguem identificar situações de violências e mantêm relações de dependência com parceiros abusivos e violentos devido ao forte preconceito contra mulheres separadas. A subnotificação é alta, e a falta de ação do Estado em relação aos casos denunciados traz complicações adicionais.

> "Eu sou vítima de violência sexual: fui estuprada quando tinha 9 anos. Minha fragilidade começou aí, por conta da depressão, da ansiedade, entre outros problemas que essa violência acarretou em mim quando criança. O movimento indígena foi uma porta que se abriu para mim, também para me curar – não me curar exatamente, mas facilitar um pouquinho meu convívio com tudo isso durante boa parte da minha vida."
>
> – Defensora indígena residente na Amazônia florestal

Mulheres defensoras propõem soluções

O trabalho cotidiano realizado por muitas dessas mulheres, que com frequência não se enxergam ou se reconhecem como defensoras, tem um papel fundamental no fortalecimento do tecido social, na promoção de meios de produção sustentáveis e na defesa de direitos fundamentais. Nesse contexto, buscamos identificar as soluções propostas por elas, com base em suas experiências e no papel que têm na sociedade. Trata-se de propostas para solucionar desafios que afetam a todos. A seguir, apresentamos aquelas que foram colocadas como prioridade por um grupo de mulheres em Marabá.

Para o Estado brasileiro, as defensoras sugeriram:

- **Presença do Estado e melhoria na prestação de serviços para os povos originários e populações rurais**

De maneira geral, as instituições públicas precisam cumprir o seu papel constitucional no Norte do país. Isso é particularmente relevante porque os povos tradicionais demandam serviços diferenciados, desenvolvidos em colaboração direta com os beneficiários. O primeiro ponto é o suporte e acompanhamento da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em relação às diversas formas de violência cometidas contra os povos indígenas. No que diz respeito à saúde (incluindo projetos voltados para a saúde mental), educação e acessibilidade (englobando transporte, sinal de celular e internet banda larga) – e sempre levando em consideração todas as especificidades das populações – fica evidente a falta de acesso a serviços essenciais, tanto pela insuficiente infraestrutura nas comunidades quanto por preconceitos.

É crucial discutir o modelo adotado para a construção de novas estradas, a distribuição de energia e o esquema tradicional de desenvolvimento, que intensifica a ocupação desordenada, os conflitos sociais e o desmatamento. As soluções precisam estar apoiadas na vasta rede de rios navegáveis da região, promovendo melhorias no transporte fluvial[29] e priorizando o investimento em fontes de energia renovável, em substituição aos combustíveis fósseis.

Para lidar com essas dificuldades, as defensoras criaram projetos e organizaram encontros, oficinas e feiras com o objetivo de mudar a visão sobre os povos tradicionais. Essas iniciativas também visam aprimorar as instituições de ensino e saúde, levando em consideração as realidades dentro e fora das comunidades. Em busca de serviços diferenciados e da melhoria na qualidade dos estabelecimentos educacionais, elas estão trabalhando com secretarias municipais e estaduais, e lutando também pelo aumento do salário dos professores e profissionais de saúde indígena.

- **Proteção do meio ambiente e combate a atividades ilegais**

A preservação do meio ambiente e a regularização fundiária são temas intrinsecamente ligados. Os territórios ocupados pelos povos tradicionais concentram grande parte das florestas em pé e dos rios limpos, demonstrando uma convivência harmônica com a natureza. Portanto, ações de regularização fundiária e ambiental, com incluem a criação, titulação, demarcação e consolidação de Terras Indígenas (TI), Reservas Extrativistas (Resex), Quilombos, Assentamentos, Unidades de Conservação e semelhantes, são fundamentais para a pauta ambiental. Tais medidas asseguram que a terra cumpra plenamente sua função social, principalmente no estado do Amazonas, que abriga a maior parte das florestas públicas não destinadas do Brasil.[30]

O reconhecimento desses territórios tem o poder de potencializar o combate à fome e às violências sofridas pelos povos tradicionais. Isso é especialmente verdadeiro para as defensoras, devido ao investimento em economias sustentáveis e à redução dos conflitos com fazendeiros, milicianos, garimpeiros, grileiros, posseiros e facções criminosas. Além disso, as terras precisam ser protegidas pelo Estado mesmo antes da conclusão dos processos legais de posse. As instituições públicas de segurança devem dar prioridade e continuidade às denúncias de violências ocorridas nesses territórios, reconhecendo-as publicamente, demonstrando solidariedade e aumentando a presença da Polícia Federal, sobretudo nas fronteiras nacionais, onde o tráfico de drogas é uma realidade.

- **Ampliação dos investimentos e apoios destinados à proteção, segurança e preservação da vida de defensoras de direitos humanos**

Em destaque, a reestruturação do programa de proteção de defensores dos direitos humanos e a criação de um Plano Nacional de Proteção de Defensores dos Direitos Humanos. Esse plano visa orientar as políticas da área, dando ênfase especial aos ambientalistas. Também foi colocada na pauta a inclusão de uma perspectiva de gênero e um olhar interseccional, essenciais para a elaboração de marcos normativos e iniciativas eficazes.

Em termos de políticas e redes de proteção, mencionou-se a necessidade de simplificar e ampliar os processos de acolhimento, principalmente na Região Norte. É fundamental, dentro desses programas, fornecer apoio financeiro às defensoras ameaçadas, possibilitando, por exemplo, aprimorar a segurança de suas residências com grades e câmeras, bem como oferecer casas de apoio para aquelas que necessitem deixar seus lares.

- **Seguimento das denúncias por parte do Estado**

É evidente que a formalização e investigação das denúncias desempenham um papel fundamental. Além de ser um instrumento que fortalece a confiança das mulheres no Estado, a responsabilização sistemática de agressores pode impactar na dissuasão e prevenção de violações de direitos contra populações marginalizadas.

- **Melhorar atendimento, acolhimento e resposta à violência contra mulheres, jovens e crianças**

Garantir serviços públicos, como as DEAMs funcionando 24 horas por dia, e programas como o Projeto Paz Recuperando Jovens (PROPAZ) – voltado ao atendimento integral e interdisciplinar a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no estado do Pará[31] e seus familiares – foram apontados como essenciais. O atendimento cuidadoso e empático, que considera as realidades e singularidades dessas mulheres, seria um diferencial, dizem as defensoras, que também ressaltam a importância das associações da sociedade civil focadas em mulheres vítimas de violência sexual, oferecendo apoio psicológico e combate ativo a esse tipo de agressão.

- **Incentivo material e financeiro a grupos, associações e/ou organizações de mulheres**

As associações e organizações de mulheres são vistas como cruciais para que mulheres amazônidas se mobilizem em torno de interesses comuns, adotando uma perspectiva de gênero que reconheça sua diversidade. Em alguns casos, essas organizações contribuem para a geração de renda, elevam a visibilidade e estimulam o protagonismo. Assim, as defensoras sugerem que o Estado apoie essas organizações.

Recomendações para organizações da sociedade civil, academia, coletivos e as próprias defensoras:

- **Autonomia financeira e redes de proteção alternativas**

A alocação de recursos, tanto materiais quanto financeiros, provenientes de doações da sociedade civil, tanto nacional quanto internacional, é de extrema relevância para as populações desassistidas, garantindo sua independência de possíveis manipulações ou trocas de recursos por favores políticos. Além disso, deve-se considerar a autonomia das comunidades na coleta de provas e documentação de casos de violência para as redes de proteção, já que muitas denúncias não recebem o seguimento adequado.

- **Desenvolvimento de metodologias de cuidado e autocuidado com base em saberes locais, comunitários e regionais**

Como forma de se manterem ativas na defesa dos direitos e preservarem sua integridade física, mental e emocional, as mulheres defensoras enfatizam a necessidade de fortalecer práticas de autocuidado e autoestima. Nesse contexto, ressalta-se o valor das ervas e banhos medicinais tradicionais dos povos locais. São práticas ancestrais, baseadas nos saberes de cada comunidade, que cultivam o empoderamento e a autonomia feminina, fortalecendo simultaneamente a união entre as mulheres. Tais práticas são transmitidas entre gerações e funcionam como fonte de renda.

- **Proporcionar espaços para os povos tradicionais expressarem suas vivências**

As comunidades tradicionais têm encontrado meios de compartilhar suas realidades a partir de suas próprias perspectivas, aproveitando as redes sociais, espaços públicos e acadêmicos para revisitar e redefinir a imagem que se tem delas. Ao ocupar novos espaços de fala, por mérito próprio, contando com o apoio de parcerias com a sociedade civil, elas podem divulgar e apresentar de forma mais adequada quem são os povos da Amazônia, onde moram, suas lutas contra as violências que sofrem, amplificando suas vozes tanto a nível local quanto nacional. Essa forma de atuação tem sido fundamental para pressionar o Estado a agir em prol dessas populações, evidenciando leis e programas que muitas vezes existem "só no papel". Além disso, essa atuação tem influenciado internamente as comunidades, especialmente jovens e mulheres, que passam a reconhecer suas potencialidades em novos contextos.

O respeito e o fortalecimento dos saberes ancestrais e tradicionais são questões centrais diante dos desafios enfrentados na região. Mulheres defensoras vêm investindo na elaboração de políticas antirracistas que considerem suas especificidades. Algumas defensoras articulam movimentos de terreiros para contrapor-se a projetos políticos que reforçam a intolerância religiosa, enquanto também contribuem na formulação de políticas que assegurem os direitos dos povos e religiões de matriz africana. As políticas de cotas nas universidades e o papel dos movimentos estudantis para a amplificação das suas vozes foi outro ponto abordado pelas defensoras.

- **Desenvolvimento de produções acadêmicas**

É primordial investir em pesquisas sobre temas que impactam a região, a fim de gerar evidências que norteiem políticas públicas. Com isso, será possível examinar, por exemplo, a relação entre agrotóxicos e saúde, bem como reforçar a pauta de justiça climática (racismo ambiental) no que diz respeito à segurança e proteção de defensoras dos rios e florestas.

> "Tenho tantos sonhos, mas pra 2030 eu sonho com a regularização fundiária e ambiental do Brasil, com todos os territórios criados, titulados, demarcados e consolidados (TIs, Resexs, Quilombos, Assentamentos, etc...), com a terra desempenhando plenamente sua função social, nunca mais a fome para quem produz e nunca mais o sangue de quem mantém a vida neste planeta. (...) demarcar é fundamental, mas garantir a manutenção desse direito e o bem viver dos povos é o maior dos sonhos, né?"
>
> – Mulher amazônida

Referências bibliográficas

Arora-Jonsson, S. (2011). "Virtue and vulnerability: Discourses on women, gender and climate change," *Global Environmental Change*, vol. 21, nº. 2 (May), pp. 744-51.

Barnett, J., Adger, N. W. (2007). "Climate change, human security and violent conflict," *PoliticalGeography*, vol. 26, nº. 6 (Agosto, 2007), pp. 639-55;

Boulton, C.A., Lenton, T.M. & Boers, N. (2022). Pronounced loss of Amazon rainforest resilience since the early 2000s. Nat. Clim. Chang. 12, pp. 271-278.

Center for International Forestry Research (CIFOR), Consultative Group on International Agricultural Research (CGIAR). 2015. Gender and Climate Change: Evidence and experience. https://www.jstor.org/stable/resrep01985

Comissão Pastoral da Terra (2022). Conflitos no campo Brasil 2021. https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021.

Castillejo, C., Domingo, P. (2022). Women, Peace and Security: breaking down silos. ODI thematic note. Abril de 2022.

Chandra, A. (2017). "Gendered vulnerabilities of smallholder farmers to climate change in conflict prone areas: A case study from Mindanao, Philippines," *Journal of Rural Studies*, vol. 50, pp. 45-59.

Coradin, L., Camillo, J., Guimarães Vieira, I. C. (2022). Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico. Atual ou Potencial: Plantas para o Futuro - Região Norte. Brasília, DF, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

de Jonge Oudraat, C. (2019). "The WPS agenda and strategy for the twenty first century," eds S. E. Davies e J. True, *The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security*. Oxford University Press, Oxford.

Deng, D. (2016). "Between a rock and a hard place: Land rights and displacement in Juba, South. Sudan." Juba: South Sudan Law Society.

Derbyshire, H., Siow, O., Gibson, S., Hudson, D. & Roche, C. (2018) "From silos to synergies: learning from politically informed, gender aware programming." Birmingham: Developmental Leadership Program, Universidade de Birmingham.

Ferreira, I. (2021). Genética ajuda a demonstrar colapso populacional de povos indígenas no Brasil após a chegada de europeus. Jornal da USP. https://jornal.usp.br/ciencias/genetica-ajuda-a-demonstrar-colapso-populacional-de-povos-indigenas-no-brasil-apos-chegada-de-europeus/.

Gênero e Clima. Why gender and climate change? https://generoeclima.oc.eco.br/infographic-why-gender-and-climate-change/.

George, N., Shepherd, L. (2016). "Women, peace and security: Exploring the implementation and integration of UNSCR 1325," *International Political Science Review*, vol. 37, nº 3, pp. 297-306.

Glazebrook, T., E. Opoku (2018) "Defending the defenders: Environmental protectors, climate change and human rights." *Ethics and the Environment*, Special Issue in Honor of Victoria Davion, ed. Piers Stephens, 23(2), pp. 83-110.

Glazerbrook, T. (2011) "Women and climate change: a case study from northeast Ghana." Hypatia Vol. 26, nº 4, *Responsibility and Identity in Global Justice* (FALL), pp. 762-782.

Hudson, N. F.; (2013). UNSCR 1325: The challenges of framing women's rights as a security matter, NOREF Policy Brief, Março de 2013.

Huq, S., Reid, H. & A. Murray, L. (2006). Climate change and development links. International Institute for Environment and Development.

Instituto Igarapé (2021). Vitórias-régias: na proteção dos direitos humanos e do meio ambiente. https://igarape.org.br/temas/seguranca-climatica/defensoras-da-amazonia/

Instituto Igarapé (2022). Governar para não entregar: uma agenda de Segurança Multidimensional para a Amazônia brasileira. https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Agenda-de-Seguranca-Multidimensional-para-a-Amazonia.pdf.

Instituto Igarapé (2022). GPS do Espaço Cívico. Boletim trimestral 05. https://igarape.org.br/boletim-gps-do-espaco-civico-5/

Inter-American Commission on Human Rights. Resolutions and other resources. https://www.oas.org/en/IACHR/jsForm/?File=/en/iachr/mandate/what.asp.

Jiménez Thomas Rodriguez, D., Harper, C. & George, R. (2021) "Mobilising for change: how women's social movements are transforming gender norms." *ALIGN Report*. Londres, ODI.

Kameri-Mbote, P. (2013) Climate Change and Gender Justice: International Policy and Legal Responses. IN: Ruppel, O. et al. *Climate Change: International Law and Global Governance*: Volume I: Legal Responses and Global Responsibility.

Kaijser, A. & Kronsell, A. (2014). "Climate change through the lens of intersectionality," *Environmental Politics*, vol. 23, nº 3, pp. 417-33.

Kirby, P. and Shepherd, L. (2016). "Reintroducing women, peace and security," *International Affairs*, vol. 92, nº 2.

Kronsell, A. (2019). "WPS and climate change," IN: S. E. Davies e J. True, *The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security*. Oxford University Press, Oxford, 2019.

Mobjörk, M. et al. (2016) Climate-related Security Risks: Towards an Integrated Approach. SIPRI, Stockholm University and the Swedish Institute of International Affairs, Estocolmo, outubro de 2016.

Mobjörk, M. & van Baalen, S. (2016), Climate change and violent conflict in East Africa: Implications for policy, SIPRI Policy Brief, abril de 2016.

Monitoring of the Andean Amazon Project (2022). MAAP#164: Amazon tipping point - Where are we? https://www.maaproject.org/2022/amazon-tipping-point/.

Nações Unidas, Banco Mundial (2018), Pathways for Peace: Inclusive Approaches to Preventing Violent Conflict. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. Banco Mundial, Washington, DC.

Ní Aoláin, F. & Valji, N. (2019). "Scholarly Debates and Contested Meanings of WPS." Ed. Davies, S. E. e True, J. *The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security*. Nova York, Oxford University Press, pp. 53-66.

Oxfam (2019). Women Defenders of agricultural, territorial and environmental rights in Colombia. Risking their lives for peace. https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620872/bp-colombia-women-environmental-defenders-021019-en.pdf;jsessionid=E92A3F588B7795988F3F35F60809DA69?sequence=2.

Popovic, N. et al. (2010), Planning for Action on Women and Peace and Security: National-level Implementation of Resolution 1325 (2000) United Nations, Nova York.

Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada - RAISG (2020). Amazônia sob Pressão 2020. São Paulo e Belém; Lima, Santa Cruz de La Sierra; Bogotá; Quito; Caracas.

Resoluções das Nações Unidas sobre a agenda Mulheres, Paz e Segurança. http://www.peacewomen.org/why-WPS/solutions/resolutions

Smith, E. S. (2020). "Climate change in women, peace and security national action plans." *SIPRI insights on peace and security*, junho de 2020. https://www.sipri.org/sites/default/files/2020-06/sipriinsight2007.pdf.

Sultana, F. (2014), "Gendering climate change: Geographical insights," *Professional Geographer*, vol. 66, nº 3, pp. 372-81.

Tamaru, N. & O'Reilly, M. (2018) "How women influence constitution making after conflict and unrest." *Inclusive Security Research Report*. Washington DC: Inclusive Security.

Tanyag, M. & True, J (2019). Gender responsive alternatives on climate change from a feminist standpoint. C. Kinnvall and H. Rydström, Climate Hazards, Disasters, and Gender Ramifications. Routledge, Londres.

UNEP, UN-Women, DPPA, UNDP. (2020) Gender, Climate and Security: sustaining inclusive peace on the frontlines of climate change. https://dppa.un.org/sites/default/files/gender_climate_and_security_report.pdf.

UNEP, UN Women, PBSO, UNDP (2013) Women and Natural Resources: Unlocking the Peacebuilding Potential. Nova York, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Waisbich, L., Risso, M., Husek, T. & Brasil, L. (2022). O Ecossistema do crime ambiental na Amazônia: uma análise das economias ilícitas da floresta. Artigo Estratégico do Instituto Igarapé.

Willett, S. (2010), "Introduction: Security Council Resolution 1325: Assessing the impact on women, peace and security," *International Peacekeeping*, vol. 17, nº 2, abril de 2010, pp. 142-58

World Wide Fund for Nature (WWF). Protecting the Amazon can protect the Climate. https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/protecting_the_amazon_can_protect_the_climate_www_lai_nascc.pdf

Yoshida, K. (2019) "The nature of women, peace and security: where is the environment in WPS and where is WPS in environmental peacebuilding?", *Women, Peace and Security Working Paper Series*, da London School of Economics and Political Science. Londres, 2019.

Notas de fim

1 Por identidade de gênero, nos referimos à maneira como as pessoas se reconhecem em relação aos múltiplos gêneros, o que engloba uma ampla variedade de experiências. Isso inclui mulheres cisgêneras e transgêneras, e pessoas não-binárias, entre outros indivíduos que não se encaixam em uma única categoria de gênero.

2 Gênero e Clima. Why gender and climate change? https://generoeclima.oc.eco.br/infographic-why-gender-and-climate-change/.

3 Somos Vitórias régias. Infográfico com o resultado de uma pesquisa com 287 mulheres defensoras do Brasil, da Colômbia e do Peru. https://igarape.org.br/temas/seguranca-climatica/defensoras-da-amazonia/somos-vitorias-regias/.

4 Global Witness (2021). Last Line of Defense. https://www.globalwitness.org/es/last-line-defence-es/

5 Uma Concertação pela Amazônia. Agenda 2030: As 5 Amazônias: bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. https://concertacaoamazonia.com.br/estudos/as-5-amazonias-bases-para-o-desenvolvimento-sustentavel-da-amazonia-legal/

6 WWF. Protecting the Amazon can protect the Climate. https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/protecting_the_amazon_can_protect_the_climate_www_lai_nascc.pdf

7 Uma Concertação pela Amazônia. Agenda 2030: As 5 Amazônias: bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. https://concertacaoamazonia.com.br/estudos/as-5-amazonias-bases-para-o-desenvolvimento-sustentavel-da-amazonia-legal/

8 Coradin, L., Camillo, J., Guimarães Vieira, I. C. (2022). "Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico. Atual ou Potencial: Plantas para o Futuro - Região Norte". Brasília: DF: MMA, p. 25.

9 Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada - RAISG (2020). Amazônia sob Pressão 2020. São Paulo e Belém; Lima, Santa Cruz de La Sierra; Bogotá; Quito; Caracas.

10 Heck, E., Loebens, F., D. Carvalho, P. (2005). Amazônia. Os povos da Floresta. Instituto Sociedade, População e Natureza.

11 Comissão Pastoral da Terra (2023). Conflitos do Campo 2022. https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6354-conflitos-no-campo-brasil-2022

12 Uma Concertação pela Amazônia. Agenda 2030: As 5 Amazônias: bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. https://concertacaoamazonia.com.br/estudos/as-5-amazonias-bases-para-o-desenvolvimento-sustentavel-da-amazonia-legal/

13 Importante ressaltar que apesar do elevado índice de desmatamento, a Amazônia desmatada ainda abriga substancial remanescente de floresta, embora parte dessas áreas já tenha sofrido degradação pela exploração de madeira predatória. A Amazônia desmatada tem uma ocupação mais antiga e uma rede mais ampla de estradas na região.

14 A Amazônia não florestal possui melhor rede de estradas, infraestrutura e internet quando comparada ao restante da Amazônia, e tem predomínio da cultura da soja.

15 Waisbich, L., Risso, M., Husek, T. e Brasil, L. (2022). "O Ecossistema do crime ambiental na Amazônia: uma análise das economias ilícitas da floresta". Artigo estratégico do Instituto Igarapé.

16 UNEP; UN-Women, DPPA, UNDP. (2020) Gender, Climate and Security: sustaining inclusive peace on the frontlines of climate change. https://dppa.un.org/sites/default/files/gender_climate_and_security_report.pdf.

17 Magalhães, A., Camargos, D., Junqueira, D. "Os interesses econômicos por trás da destruição da Amazonia". Repórter Brasil. 24/08/2019. https://reporterbrasil.org.br/2019/08/os-interesses-economicos-por-tras-da-destruicao-da-amazonia/

18 Instituto Igarapé (2022). GPS do Espaço cívico - Boletim 5. https://igarape.org.br/en/civic-space-gps-5/.

19 Comissão Pastoral da Terra (2023). Conflitos no Campo 2022. https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14302&catid=41&m=0

20 Ibid.

21 Ibid.

22 Ver levantamento do Instituto Igarapé. Somos vitórias régias. https://igarape.org.br/temas/seguranca-climatica/defensoras-da-amazonia/somos-vitorias-regias/.

23 United Nations Climate Change. Five Reasons Why Climate Action Needs Women.8 de março de 2023. https://unfccc.int/news/five-reasons-why-climate-action-needs-women#:~:text=Empowering%20women%20in%20agriculture%20can,the%20effects%20of%20climate%20change..

24 CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos.

25 G1 (2023). Alvo de denúncias por negligência médica, Hospital Materno Infantil enfrenta superlotação e registra mortes em Marabá, no Pará. Portal G1, 27 de janeiro de 2023. https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/01/27/alvo-de-denuncias-por-negligencia-medica-hospital-materno-infantil-enfrenta-superlotacao-e-registra-mortes-em-maraba-no-pa.ghtml

26 Para mais informações sobre o projeto “Guerreiras da floresta”, do Maranhão, onde mulheres protagonizam ações de gestão ambiental e defesa territorial de suas terras ancestrais, visite o site do Instituto Sociedade, População e Natureza: https://ispn.org.br/guerreiras-da-floresta-protagonizam-iniciativas-de-dialogos-e-apoio-aos-povoados-do-entorno-da-terra-indigena-caru-ma/

27 De acordo com a plataforma EVA do Instituto Igarapé, a média de violência sexual nos estados da Amazônia Legal chega a ser quase o dobro da média nacional e quatro dos cinco estados com os maiores índices de violência sexual do país estão nessa região.

28 Dentre os exemplos de mobilizações de mães atípicas indígenas, há o Coletivo Acessibilindígena, criado por indígenas com deficiência pertencentes a vários povos para tratar da temática da acessibilidade e da luta indígena. https://www.instagram.com/acessibilindigena/

29 Uma Concertação pela Amazônia. Agenda 2030: As 5 Amazônias: bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. https://concertacaoamazonia.com.br/estudos/as-5-amazonias-bases-para-o-desenvolvimento-sustentavel-da-amazonia-legal/

30 Secretaria do Meio Ambiente do Amazonas. Amazonas é o estado com a maior cobertura natural do país, segundo o MapBiomas. 15 de dezembro de 2021. https://meioambiente.am.gov.br/amazonas-e-o-estado-com-maior-cobertura-natural-do-brasil-aponta-mapbiomas/.

31 Projeto Paz Recuperando Jovens (PROPAZ). https://santacasa.pa.gov.br/propaz/#:~:text=Programa%20de%20atendimento%20exclusivo%20para,viol%C3%AAncia%20sexual%20e%20suas%20fam%C3%ADlias.

Autoras

Renata Avelar Giannini
Pesquisadora

Camila Nadalini de Godoy
Pesquisadora

Revisão de conteúdo

Melina Risso
Diretora de Pesquisa

Katherine Aguirre
Pesquisadora

Edição e revisão de texto

Melina Risso
Diretora de Pesquisa

Debora Chaves
Editora

Projeto gráfico

Raphael Durão
Coordenador Criativo

André Guttierrez
Estagiário de Design

Defensoras

Elizângela Baré

Claudelice dos Santos

Melina Macuxi

Atener Wapichana

Angela Mendes

Celleny Servitta

Dina Carla

Dandara Rudsan

Vanuza Cardoso

INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, que desenvolve pesquisas, soluções e parcerias com o objetivo de impactar tanto políticas como práticas públicas e corporativas na superação dos principais desafios globais. Nossa missão é contribuir para a segurança pública, digital e climática no Brasil e no mundo. O Igarapé é uma instituição sem fins lucrativos e apartidária, com sede no Rio de Janeiro e atuação do nível local ao global.

Saiba mais sobre o programa de segurança climática do Instituto Igarapé em: igarape.org.br/temas/seguranca-climatica

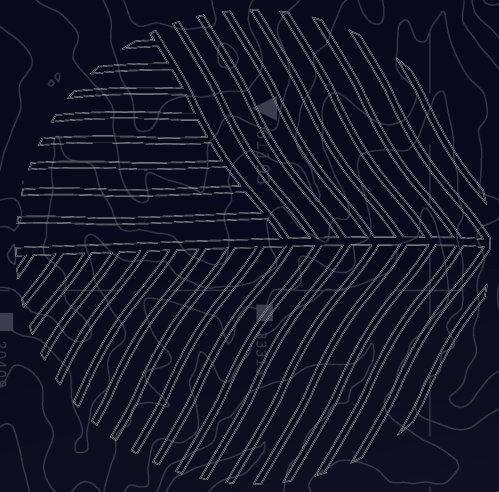
Apoio:

UK Government

Instituto Igarapé

Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org
instagram.com/igarape_org

www.igarape.org.br



www.igarape.org.br